



Cruz, V.V. *Rationalité Technologique et Modernisation de l'Éducation: le cas du Brésil(1964/1984)*. Tese de doutorado. Université de Caen - France. 1998

A tese de doutorado de Vilma Vitor Cruz analisa as raízes da modernidade e o processo de racionalização da política educacional brasileira no período da ditadura militar, articulando o modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira à expansão da escola privada nos primeiros e segundo graus de ensino. Trata-se portanto de temática atual e polêmica, situando-se sua originalidade exatamente no fato da discussão incorporar e retomar a discussão sobre o advento da modernidade e os processos de modernização da sociedade brasileira. Neste bojo, enquadram-se mais especificamente os processos de racionalização relacionados às políticas e planejamentos educacionais.

Os capítulos 1 e 2 apresentam a forma desarmoniosa dos processos de modernização nos países periféricos, sugerindo que o modelo de desenvolvimento que suportou a modernidade no Brasil, suprimiu os valores e a memória da sociedade brasileira. Desta forma, a democratização do ensino, consequência do planejamento, surge na ambivalência do dilema capitalista no movimento de confrontação entre a necessidade de democratização e os processos de privatização, característica maior do modelo capitalista. Ainda nestes capítulos, ancorada em Habermas, Castoriadis e Axelos, encontramos uma densa exposição da relação entre a racionalização das sociedades e seu processo de mitificação. Ou seja, quanto mais as sociedades se racionalizam, mais necessitam de sistemas simbólicos para lhe representar, e cada vez mais a razão é substituída pelo mito. E, neste bojo da relação entre mito e lógica explicam-se porque as inovações tecnológicas estão na base do discurso da modernidade, fornecendo-lhes os elementos necessários à construção do mito do novo. O planejamento, traduzido pela racionalidade do sistema, torna-se essencial, vez que o próprio sistema torna-se cada vez mais complexo com a introdução dos sistemas informacionais e comunicacionais, que por sua vez vão permitir a este mesmo sistema realizar reprodução do capital, de valores, e de visão de mundo.

A partir deste quadro teórico, os capítulos seguintes vão tratar das reformas do ensino, analisadas a partir do pressuposto de que o discurso da inovação, do progresso, e do desenvolvimento estão presentes na planificação e nas ações governamentais em todos os níveis do processo educativo brasileiro, depois de 64. O conceito de inovação teria funcionado para fazer avançar o modelo de



desenvolvimento escolhido pela ditadura militar e ao mesmo tempo para paralisar as forças de resistência a este mesmo modelo. Com base em dados empíricos de natureza documental, sua análise nos leva a compreender as inversões sistemáticas do sistema educacional, em razão de exigências externas ao próprio processo, e ao processo deliberado de exclusão que inicia-se no ensino fundamental, com o objetivo de evitar que os jovens cheguem à universidade e ao mercado de trabalho, já que não há para todos. A educação é feita refém do macro-sistema, e direcionada para negação de sua função específica, qual seja a de reproduzir conhecimentos, valores, e a de formar profissionais. Neste sentido, pode-se entender a expansão « democratizante » da escola pública para os excluídos e a escola privada para os outros. E, então, a escola que era dualista, em espírito, virtualmente, torna-se uma realidade pela lei 5692, ao instituir o ensino público como preparação para o trabalho instituindo também uma escola para ser « vazia de conhecimentos universais, de capacidade de reflexão », continuando, o ensino propedêutico a ser propriedade da escola privada. Os resultados desta política apresentam-se hoje de forma cristalina aos nossos olhares.

No último capítulo, as conclusões sugerem o papel fundamental do planejamento na organização das estratégias de articulação do poder, conduzindo a uma estrutura, na qual, a educação é esvaziada de suas funções de fornecer às gerações uma base educacional e de cidadania, transformando-se em bureau de ajuda social. No Brasil, o modelo de desenvolvimento dependente, no que se refere a educação, funcionou em uma perspectiva de exclusão, pela escola pública proposta, e de legitimação, pela expansão da escola privada. Sua conclusão é que, no caso brasileiro, a tese da escola única não se coloca, e que os processos de racionalização no Brasil, foram utilizados no sentido contrário, ou seja, a modernização que se impõe como signo de progresso, apoiando-se na ciência e na tecnologia, funciona para manter o atraso econômico, social e cultural da maioria da população. O planejamento educacional brasileiro, assentado no discurso do progresso, do desenvolvimento, da modernidade, tinha como objetivo intervir na cultura da sociedade não para desenvolvê-la, mas para, em um curto espaço de tempo, acomodar-se aos princípios e necessidades de uma economia regulada pelas regras da dependência.

Profa. Dra. Maria Bernadete F. de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Educação